

práticas discursivas de professores na pandemia: o funcionamento do digital

¹ Rhafaela R. B. B.,  ² Tânia P. O. 

¹ universidade do estado de mato grosso

² universidade do estado de mato grosso

* e-mail de contato principal: rhafeala.rico@gmail.com

resumo

a enfermidade causada pelo agente viral Coronavírus foi nomeada tecnicamente de Covid-19 (nCoV-2019). Seu funcionamento, viral infeccioso e discursivo, se espalhou pelo mundo e provocou inovações e adversidades em todos os espaços sociais. Nos territórios educacionais brasileiros, devido à necessidade do isolamento social, institucionalizou-se o ensino remoto emergencial que provocou intensas mudanças no processo de ensino-aprendizagem, nesse funcionamento, o digital passa a ser o espaço de encontro entre alunos e professores, levando a movência/deslocamento da sala de aula para o espaço digital. A partir desse viés, amparado na Análise de Discurso (AD) materialista histórica, objetiva-se compreender os efeitos de sentido do funcionamento do discurso digital a partir de práticas discursivas de sujeitos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pertencentes ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), da cidade de Juara-MT. Como fecho, interpretou-se que, o discurso digital nas instituições escolares durante a pandemia, através da instauração jurídica governamental obrigatória das aulas/atividades on-line, provocou o funcionamento de novos/outros sentidos que passaram a percorrer interdiscursivamente as práticas discursivas dos entrevistados, apontando para sentidos e discursos que se inscrevem no âmbito educacional, no vínculo da língua/ linguagem com a história, marcada ideologicamente pelo acontecimento da pandemia.

palavras-chave: professores; digital; pandemia; análise de discurso.

como citar este artigo

Beriula, R. R. B, & Oliveira, T. B. (2022). Práticas discursivas de professores na pandemia: O funcionamento do digital. *Revista Letra Magna*, 18 (29), 107-120, doi <https://doi.org/10.47734/lm.v18i29.1994>

introdução⁴⁴

Para iniciar esta reflexão, é essencial explorar a exterioridade, os fatores e as formas históricas e discursivas de constituição que promoveram a elaboração deste trabalho, ou melhor, as condições de produção que provocaram os efeitos de sentidos encontrados nos discursos aqui apresentados e analisados. “As condições de produção incluem, pois os sujeitos e a situação.” (Orlandi, 2017a, p. 17), envolvem os aspectos históricos, sociais e ideológicos que determinam e interpelam o sujeito e a produção dos discursos, considerando a respectiva materialidade do discurso em seu sentido estrito – contexto imediato – e lato – contexto sócio, histórico e ideológico. Assim, “[...] toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas, identificáveis [...]” (Pêcheux & Fuchs, 2014, p. 164).

No final do ano de 2019, a população do globo terrestre volta os olhares para a cidade de Wuhan, localizada na China. Um novo agente viral, indicado com alto índice de periculosidade à saúde humana, circula e contamina pessoas naquele espaço. Em semanas, a contaminação pelo agente viral ultrapassa as fronteiras da cidade e se propaga pelos continentes. Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) faz um comunicado oficial sobre a existência de uma pandemia e, a enfermidade causada pelo vírus ‘Coronavírus’ é nomeada como Covid-19 (nCoV-2019). No Brasil, o primeiro caso de contaminação é anunciado pelo Ministério da Saúde em 26 de fevereiro e, no dia 12 de março, há o registro oficial do primeiro óbito da Covid-19.

Com o gradativo aumento de infectados no Brasil, medidas de restrições de contato social foram estabelecidas em nosso território e, com isso, a partir do mês de março, observou-se a publicação de decretos/resoluções estaduais e municipais que orientavam a suspensão das aulas em

todas as modalidades educativas presenciais, assim como, as determinações de fechamento para comércios específicos e o cerceamento de qualquer categoria de encontro – festas, reuniões religiosas, eventos, entre outros – que provocasse aglomerações. Em pontos de alta contaminação, o toque de recolher e o lockdown, que despontam primeiramente em cidades do exterior, são instaurados juridicamente em espaços territoriais do Brasil.

A população brasileira se encontra com uma doença invisível a olho nu que causa colapsos na educação, na economia, na saúde pública e particular de muitas cidades. O mundo testemunha um agente viral que se expande e circula nos corpos e nos discursos. A imprevisibilidade de um vírus, que surge no ano de 2019, atravessa todo o ano de 2020 e se mantém em 2021, rompe com as regularidades da sociedade e de seus sujeitos, o que faz funcionar nos discursos novos efeitos de sentidos que circulam discursivamente e se articulam/enraízam ao social, ao histórico, ao tecnológico, ao digital e ao político.

Com a intensa circulação do vírus e de discursos que circundam o discurso hegemônico pandêmico, o discurso da/de saúde relacionado à Covid-19, instituições escolares - Aparelho Ideológico do Estado (AIE) que cumprem ações determinadas pelo Estado (Althusser, 1980)⁴⁵ e, conseqüentemente, os sujeitos que fazem parte desse território escolar, foram marcados e deslocados do espaço físico escolar para o espaço digital. Em uma nova realidade educacional, devido ao isolamento social e o ensino remoto emergencial, instituições escolares e sujeitos encontraram adversidades, mas também, inovações que provocaram/provocam intensas e consideráveis mudanças no cenário de ensino-aprendizagem brasileiro.

O digital, já muito presente na vida da sociedade urbana (Orlandi, 2017b), fez-se

⁴⁴ Antes da escrita final deste artigo, algumas interpretações iniciais e recortes de pré-análises foram apresentados no XVIII Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários (CONAELL) e no Congresso Brasileiro Online de Letras (CONBRA LETRAS). As discussões e apontamentos realizados durante os eventos nortearam a escrita final do texto que aqui se apresenta.

⁴⁵ “Althusser nos convidava a aprofundar a posição materialista (não há sujeito sem prática/não há prática sem sujeito), para elucidar os mecanismos da interpelação dos indivíduos em sujeitos, para produzir um conhecimento a partir da seguinte questão: em que a categoria do sujeito é constitutiva da ideologia?” (Guilhaumou & Maldidier, 2016, p. 105).

ainda mais presente na vida de alunos e professores no espaço-tempo pandêmico. As atividades remotas no espaço do digital passam a ser impostas pelo Estado, através arquivos/discursos jurídicos governamentais que posicionam o discurso jurídico impositivo às instituições escolares e, como efeito, aos sujeitos que a ocupam.

A partir das condições de produção enunciadas, neste trabalho, voltamos o olhar para o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos (doravante EJA) no período pandêmico, a partir das práticas discursivas de sujeitos que ocupam a posição sujeito professor da EJA, buscando interpretar os efeitos de sentidos sobre o ensino remoto emergencial que ressoaram durante a pandemia. Assim, objetiva-se compreender a materialidade do funcionamento do discurso digital (Dias, 2018) nas práticas discursivas dos professores entrevistados.

As entrevistas foram realizadas no Centro de Educação de Jovens e Adultos (doravante CEJA) do município de Juara, que está localizado na região norte do Estado de Mato Grosso. Foram entrevistados dois (2) professores atuantes durante a pandemia no ano de 2020. O primeiro sujeito é um professor do sexo masculino que ministra aulas de química e física no Ensino Médio, que será identificado como P1m (P= Professor; 1= ordem; m= masculino). O segundo sujeito é uma professora que ministra aulas de língua portuguesa no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, que será identificada como P2f (P= Professora; 2= ordem; f= feminino).

Os entrevistados foram indicados pelo coordenador do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO) de Juara-MT. O contato com os entrevistados ocorreu no começo do mês de novembro de 2020 através da coordenação escolar do CEJA, a qual apresentou a possibilidade de serem entrevistados três (3) professores da instituição, contudo, apenas dois (2) professores aceitaram participar da pesquisa.

Por estar em um período pandêmico, as entrevistas aconteceram de forma on-line, através do aplicativo WhatsApp e da ferramenta e-mail do Google. Os participantes responderam as questões de forma escrita e por meio de áudio, através do aplicativo WhatsApp.

As questões respondidas formam o corpus deste trabalho e, acerca disso, Dias (2015, p. 975) escreve que o corpus “[...] resulta de um trabalho de leitura de arquivo, cujo nó central é a relação entre língua e exterioridade, uma remetendo ao jogo, ao equívoco, e outra, aos efeitos linguísticos materiais na história.” Destaca-se, também, que todos os participantes concordaram com a pesquisa, por isso permitiram e assinaram o termo de consentimento esclarecido da gravação, transcrição, análise e exposição da fala/escrita, com a premissa de ocultar os nomes.

Para tanto, ancora-se na Análise de Discurso (AD) materialista histórica que possibilita o amparo metodológico, teórico e analítico de pesquisa. A AD procura compreender e analisar os discursos através da materialidade da linguagem com sua exterioridade, em diferentes manifestações ideológicas, uma vez que, “[...] temos que ser sensíveis às nuances, para melhor compreender os mecanismos da indistinção, e analisar como se constituem e que efeitos isto produz nas relações entre os sujeitos e o mundo” (Orlandi, 2017b, p. 319, destaque da autora).

Não se deve negar que somos sujeitos à linguagem, aos equívocos e à opacidade dos efeitos de sentido que circulam, se inscrevem e funcionam no espaço-tempo da pandemia da Covid-19. Desse modo, pensar o discurso digital inscrito na modalidade do CEJA, no período pandêmico, é pôr em reflexão as práticas sociopolíticas e jurídicas voltadas à educação, marcadas na e pela linguagem que ressoam na memória discursiva – no esquecimento – que, de acordo com Pêcheux (2014a; 2014b), é constituída por enunciados anteriores que, interdiscursivamente, são retomados durante o processo discursivo, o que possibilita o buscar compreender os efeitos de sentidos que são produzidos no interior de cada formação discursiva.

funcionamento do discurso digital na educação mato-grossense em 2020

Em março de 2020, os primeiros casos de contaminação pela Covid-19 são anunciados no estado de Mato Grosso. Devido ao alto nível de contágio registrado em outros estados e por causa do baixo

número de leitos destinados à Covid-19, o governador Mauro Mendes declarou, no dia 16 de março, medidas de combate à doença, expostas no Decreto nº 407. Dentre elas, estava o anúncio do fechamento das instituições educativas em todo o território mato-grossense, que foi juridicamente institucionalizado pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE/MT), no dia 20 de março de 2020, através da Resolução Normativa nº 002/2020-CEE/MT.

Baseada na Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, a Resolução “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.” (Brasil, 2020b, p. 39). É a partir dessa portaria que as aulas remotas, sob o funcionamento do discurso digital e jurídico governamental, começam nas instituições escolares de Mato Grosso.

Acerca do digital, Dias (2018) discorre que seu funcionamento retoma sentidos que se voltam às condições de produção das atividades humanas que envolvem as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, simultaneamente, o desenvolvimento da sociedade capitalista. De acordo com a autora, todos nós, sujeitos interpelados pela ideologia, somos afetados/atravessados pelo funcionamento do discurso digital diariamente, assim, “A discursividade do eletrônico não deixa lugar para falarmos de excluídos digitais. Somos todos, em todos os lugares, afetados por essa discursividade, pela discursividade do e-, somos administrados por ela.” (Dias, 2011, p. 58). O discurso digital atravessa e individua o sujeito em sua vida social, política, tecnológica, jurídica, entre outras instâncias, atingindo-se o real do acontecimento da linguagem. Sobre isso,

[...] não são os objetos tecnológicos digitais que promovem o condicionamento da sociedade atual, mas sim o que está na retaguarda, as relações de força e poder do sistema econômico que articulam/coordenam o modo como afeta ideologicamente os sujeitos nas relações

diárias. Nesse aspecto, toma-se o digital como materialidade discursiva que significa e atravessa os sujeitos a partir de sua circulação, sendo esta on-line ou não, pois o digital não se constitui apenas nos ambientes virtuais, extrapola o espaço por estar coadunado com a linguagem (Beriula, 2020, p. 20).

Voltando ao arquivo jurídico, a Resolução publicada no Diário Oficial apresenta “[...] as normas a serem adotadas pelas instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, enquanto perdurar a situação de pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19).” (Mato Grosso, 2020b, p. 25). No artigo 3º, inciso I, o decreto direciona que os calendários escolares precisam “[...] assegurar medidas que amenizem as perdas dos estudantes, devido à suspensão de atividades presenciais nas instituições de ensino, a fim de garantir as aprendizagens previstas nos Projetos Pedagógicos” (Mato Grosso, 2020b, p. 25).

Observa-se que a Resolução Normativa nº 002/2020-CEE/MT – tomada como arquivo⁴⁶ (Guilhaumou; Maldidier, 2014) – retoma sentidos pré-construídos na memória discursiva, a partir do lugar do interdiscurso, sobre a educação e a Covid-19 publicados pelo Governo Federal, através de portarias assinadas pelo MEC.

Sobre o interdiscurso, de acordo com Pêcheux (2014b), caracteriza-se como o espaço onde os pré-construídos derivam e são marcados pelo esquecimento, ou seja, é o lugar do já-dito, do que já foi enunciado antes por outro(s) sujeito(s), em outro(s) espaço(s) e significou naquele momento de forma ‘x’ e não ‘y’, e por significar ‘x’ se inscreve no espaço sócio-histórico e ideológico; ou melhor, por ter significado, se inscreve na história através da língua/ linguagem e, subsequente, é esquecido. Como o já-dito/pré-construído fica no lugar do interdiscurso, ele pode – e é sempre – retomado interdiscursivamente nos enunciados no momento do dizer, no intradiscurso. Pêcheux (2014b, p. 149) chama de interdiscurso “[...] esse “todo complexo

⁴⁶ Sobre arquivo, Guilhaumou e Maldidier (2014, p. 170) afirmam que “[...] é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ocupa em uma série. [...] o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes.”

com dominante” das formações discursivas [...]”.

A Resolução retoma interdiscursivamente outros discursos/arquivos publicados em outros estados – como os decretos de São Paulo e do Rio de Janeiro – e, retoma também os decretos/portarias/leis publicados sobre a Covid-19 dentro do estado de Mato Grosso. Observa-se que há a retomada parafrástica – repetição/cópia – do discurso, o que provoca o jogo entre o mesmo – paráfrase – e o diferente – polissemia –, formando a memória constitutiva a qual, de acordo com Orlandi (2017b, p. 75), “[...] é uma rede de filiações de sentidos que podem se deslocar, portanto, uma rede em que se produz o mesmo e a diferença.”

Além disso, a Resolução também retoma parafrásticamente e (re)afirma a obrigatoriedade do discurso jurídico da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – que estabelece para a Educação Básica a carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas.

Na Resolução Normativa nº 002/2020-CEE/MT, o retomar discursos educacionais outros – que tratam sobre a relação ensino-Covid-19 – aponta o jogo da língua que é marcado ideologicamente no funcionamento das relações de força e poder do Estado, ou seja, de acordo com Dias (2015), o arquivo aponta as formulações discursivas realizadas em certas condições de produção que, necessariamente, levam em conta o jogo da linguagem e a situação – pandêmica. Considera-se, então, que “A materialidade do arquivo, portanto, é aquilo que faz com que ele signifique de um modo e não de outro [...]” (Dias, 2015, p. 973).

Vale ressaltar que a instituição escola só significa e provoca efeitos de sentidos pois é escola, ou melhor, parafraseando Orlandi (2004), a escola só significa como significa porque é escola, se faz escola, caracteriza-se como espaço educacional, é uma instituição que responde e é responsável pelos meios de ensino-aprendizagem estabelecidos pelo Estado – MEC –, que funciona a partir do discurso jurídico do Estado. Pode-se compreender, então, que os sentidos que se ligam a ‘escola’ não é e não pode ser relacionada apenas ao seu espaço físico. Orlandi (2004, p. 149) afirma que “A Escola

significa como significa porque está onde está, ou seja, faz parte da cidade.”

Sobre isso, pode-se dizer que, neste período pandêmico, vê-se que a estrutura escolar – muros, salas, carteiras etc. – continua em um endereço fixo, compondo a imagem da cidade. Contudo, vazia de sujeitos. Os sentidos do espaço da escola e da sala de aula, do que é dar aula, do que é estar em aula se modificam por causa da pandemia. O espaço escolar passa a se inscrever no espaço do digital, ou seja, passa a se localizar empiricamente em outro lugar.

Por mais que os sentidos já-lá, sobre a noção de escola, continuem a ressoar no espaço discursivo da memória e permaneçam significando, vemos novas possibilidades que se abrem e novos sentidos que se estabelecem sobre a relação ensino-aprendizagem e, sobre a relação aluno-professor. Pode-se compreender que, independente do ‘endereço’ – físico ou virtual – que a escola esteja localizada, ela significa e funciona.

Retornando ao arquivo da Resolução Normativa nº 002/2020-CEE/MT, para que as atividades escolares não paralisassem, o CEE/MT institui a realização de atividades escolares não presenciais. Na Resolução, o digital e seus recursos, passam a ser o meio para que as aulas em Mato Grosso não paralisem. Então, o ensino remoto é estabelecido juridicamente e obrigatoriamente no estado. Juridicamente, pois o documento representa as ações jurídicas do estado – o discurso governamental – para com os seus habitantes e, obrigatória, pois institui às escolas públicas o ensino remoto como solução para as aulas não presenciais.

A Resolução (Mato Grosso, 2020b, p. 25, grifo nosso) afirma que “[...] as atividades escolares não se resumem ao espaço de uma sala de aula [...]” e que, a escola e professores podem buscar novas “[...] formas de realização de atividades escolares não presenciais.”. A partir da negativa ‘não’, a primeira frase nos provoca o sentido de que as atividades escolares ‘não’ necessitam estar vinculadas ao espaço físico – com quadro, carteiras etc. – para acontecerem e; a segunda frase nos leva a interpretar que as atividades escolares podem ser realizadas em ambientes virtuais, uma vez que o ‘não presencial’, nessa conjuntura, refere-se ao

espaço do digital. As afirmativas retomam interdiscursivamente dizeres que funcionam na memória discursiva, como os que se referem ao Ensino a distância (EAD).

Com a contínua circulação do vírus no país, em níveis cada vez mais alarmantes, as aulas presenciais, que tinham como previsão voltar no dia 4 de maio de 2020, foram suspensas e, as atividades a partir do ensino remoto continuaram valendo no território mato-grossense. Em 1º de abril de 2020, o Governo Federal publica no Diário Oficial a Medida Provisória nº 934 que “Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.” (Brasil, 2020a, p. 1) e, em 16 de junho de 2020, apresenta a Portaria nº 544 que “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.” (Brasil, 2020c, p. 62).

A partir dos arquivos jurídicos governamentais listados anteriormente, o Governo de Mato Grosso publica, no dia 19 de junho, a Resolução Normativa nº 003/2020 – CEE/MT que “Dispõe sobre as Normas de Reorganização do Calendário para o Ano Letivo de 2020, a serem adotadas pelas instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, em razão da Pandemia da COVID-19.” (Mato Grosso, 2020c, p. 16). A partir da publicação desse arquivo, escolas particulares do estado voltaram às aulas presenciais com a responsabilidade de obedecer aos critérios de higiene e distanciamento social, como referido na Resolução. Majoritariamente, as escolas públicas – municipais e estaduais – de Mato Grosso acordaram em continuar com o ensino remoto, incluindo os CEJAs.

Após a publicação da Resolução Normativa nº 003/2020-CEE/MT, de 19 de junho de 2020, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) do estado de Mato Grosso divulga em sua página on-line, no dia 22 de junho, a matéria ‘Educação de Jovens e Adultos prepara mobilização para o retorno às aulas’. O documento explica que o retorno

às aulas – em todos os CEJAs de Mato Grosso – seria excepcionalmente de forma não presencial:

Como os alunos da EJA do segundo calendário (que são as escolas que começariam o ano letivo em 23 de março, mas não iniciaram por conta da pandemia) que efetuaram a matrícula no início do ano letivo, a expectativa pela procura é grande. Os interessados deverão ligar para os Cejas e agendar a matrícula. Atualmente, são 24 mil alunos matriculados do primeiro calendário (escolas que iniciaram o ano letivo em 10 de fevereiro) nesta modalidade de ensino. A expectativa é que, nos Cejas e nas escolas do segundo calendário esse número aumente. Para que a matrícula da EJA do ensino fundamental seja aceita, o aluno deve ter 15 anos completos e no ensino médio, 18 anos completos (Mato Grosso, 2020a, s.p., grifo do autor).

Ficou sob responsabilidade de cada CEJA entrar em contato com os alunos e apresentar a proposta de ensino remoto, confirmando a matrícula no sistema educacional de 2020. Ficou encarregada, também, de saber se o aluno teria condições de participar das aulas remotas, se não, a escola estaria entregando materiais para aqueles que não possuem acesso à Internet. Aos professores das instituições de Mato Grosso, as orientações passaram a ser as seguintes:

Art.4º. Na reorganização do Calendário para o Ano Letivo de 2020, poderão utilizar as seguintes possibilidades:

I - atividades pedagógicas não presenciais que podem acontecer por meios de Tecnologias de Informação e Comunicação: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs e outros;

II - atividades pedagógicas não presenciais que podem acontecer por veículos de comunicação: programas de televisão ou rádio;

III - atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas, distribuídos aos estudantes e seus pais ou responsáveis, contendo orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos

materiais didáticos (Mato Grosso, 2020c, p. 16).

A partir dos recortes dos arquivos jurídicos apresentados, pode-se compreender que o funcionamento do discurso digital nas instituições escolares de Mato Grosso, neste período pandêmico, passa a ser o discurso básico que ampara e possibilita o retorno às aulas, mesmo que remotamente. Pode-se dizer que, devido à crise sanitária, o funcionamento do discurso digital se inscreve em uma nova perspectiva no campo educacional e só se inscreve de forma 'x' por causa da pandemia. Então, se o ano de 2020 não fosse atingido pelo discurso sanitário, certamente, o discurso sobre o digital se inscreveria de uma outra forma, 'y', não provocando os atuais sentidos 'x' causados pela pandemia (Dias, 2011; 2018).

É a partir do funcionamento do discurso do digital nos arquivos que podemos compreender os modos de individuação do sujeito pelo discurso da tecnologia, “[...] a partir do qual o sujeito se identifica e assume posições na sociedade, inscrevendo-se em certas formações discursivas.” (Dias, 2018, p. 56), ou seja, neste período pandêmico, os principais sujeitos do ensino-aprendizagem – professor e aluno – passam a se inscrever em outro espaço, o que provoca novas formações discursivas, uma vez que os sentidos gerados em uma aula presencial são diferentes dos sentidos gerados em uma aula de campo que, por sua vez, provoca sentidos outros quando comparados às aulas que se inscrevem no espaço do digital.

O digital, que por vezes era deixado de lado nas aulas – por inúmeros motivos, como por exemplo, o não ter equipamentos tecnológicos com acesso ao digital à disposição de alunos e professores –, passa a ser o meio, a ferramenta e a comunicação entre alunos e professores, colocado como ordem jurídica governamental obrigatória para as escolas nesse tempo pandêmico. Assim, o digital, para aqueles que só usavam em benefício de assuntos outros, passa a permear, de fato, o espaço de ensino-aprendizagem.

É interessante pontuar aqui uma interpretação. Ao ver o espaço físico da sala de aula e da escola se deslocar, se inscrever e funcionar no espaço on-line, o discurso digital e as relações que advém dele, durante

a pandemia, entrelaçaram-se com a vida de professores e alunos que fazem parte da EJA. É válido dizer, então, que o discurso digital “[...] desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção [...]” (Dias, 2016, p. 10-11) que são afetadas, discursivamente por outras instituições, como por exemplo, os aplicativos disponíveis na rede Google, as mídias Facebook e WhatsApp, entre outras que, de acordo com Dias (2018), apontam o funcionamento ideológico que responde e funciona a partir das relações de força e poder.

É importante salientar que esse deslocamento, o deslocar-se para o espaço digital, não é apenas uma mudança de carteiras da sala de aula para ‘quadradinhos’ no google meet ou em outros aplicativos, porque ao se inscrever em outro espaço, há a produção de novas significações. Dias (2018) e Orlandi (2017b) apontam que o deslocar provoca novas significações, determina sentidos e também sujeitos, pois o digital é materialidade e significa.

Assim, de alguma forma – no espaço do discurso digital – o deslocamento movimenta sujeitos e se movimenta na sociedade, instaurando-se no espaço sócio-histórico e ideológico. Aluno e professor deslocam-se sem sair do lugar, uma mobilidade que produz o sentido de estar em aula sem, necessariamente, estar no espaço físico da escola.

Pode-se compreender que o processo instaurado pela pandemia trouxe deslocamentos às práticas de ensino-aprendizagem, já que passar de uma forma de significação que está inscrita socialmente e historicamente na sociedade – aulas que ocorrem em uma sala de aula, dentro de uma instituição de ensino, localizada em local 'x' – e ir para outra prática, no nosso caso, as aulas em ensino remoto – que ocorrem no espaço digital/local 'y', pois difere-se no local 'x' – provoca mudanças que deslocam as práticas e os sentidos (Orlandi, 2017b).

Em uma perspectiva de reflexão do real histórico, entende-se que o movimento contínuo do simbólico está diante do real e, por isso, ele se inscreve na história, com suas falhas, repetições, deslocamentos. De acordo com Pêcheux (2006; 2014b), a história pode ser tomada como espaço de possibilidade e

de contingência, onde o (im)previsível pode vir a ser/acontecer ou não, o que leva os acontecimentos – nesse caso, a pandemia – a se historicizar e provocar a circulação e o funcionamento de novos sentidos.

Os efeitos de sentidos gerados pelos arquivos jurídicos do estado de Mato Grosso dizem respeito à educação e à Covid-19. Os discursos que rondam a temática conduzem o sempre retomar o discurso pandêmico, que já está/faz parte do interdiscurso, da memória discursiva. Contudo, além disso, os discursos jurídicos governamentais objetivaram às instituições escolares a obrigatoriedade do digital para que as aulas não paralisassem, mas há algo que ressoa nos documentos, que é apagado e, só a partir da interpretação, é possível destacar.

O uso do digital aponta funcionamento da sociedade capitalista, em que o mercado de trabalho orienta as práticas pedagógicas. O apagamento se dá quando observamos que os sentidos apresentados circulam apenas sobre a temática do ensino-aprendizagem, apagando o sentido de capacitação para o mercado de trabalho que está inscrita na LDB, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a EJA no Brasil. Assim, temos o discurso educacional atravessado pelo discurso digital e econômico que sustenta o modelo capitalista que, por sua vez, tem o objetivo de preparar os alunos para o ‘futuro’, que desliza seu sentido para ‘mercado de trabalho’ (Beriula, 2020).

Sobre isso, compreende-se que os desdobramentos do período pandêmico se produzem na ‘utopia tecnológica’ – a tecnologia é sempre boa, sempre ajuda, leva ao crescimento/desenvolvimento do país etc. –, o que leva ao apagamento do político e do ideológico durante o processo de significação, uma vez que o digital é, desde sempre, um dispositivo de controle que individua o sujeito em sua prática. Ao dizer que o digital é um dispositivo de controle, compreende-se, respectivamente, que se está diretamente ligado ao “[...] desenvolvimento de uma sociedade capitalista onde as relações de poder se pautam na produção de dispositivos de controle sobre o outro e sobre os desejos do outro” (Dias, 2018, p. 26). Assim, somos todos

assujeitados e individuados pela lógica política e institucional do discurso digital na qual o Estado funciona a partir da estrutura das relações de poder. Então, ao pensar discursivamente sobre a instituição do ensino remoto nas instituições públicas mato-grossenses, no período pandêmico, é fecundo apontar o funcionamento do mercado capitalista digital que individua o sujeito, sob as relações de força e poder do Estado.

Observou-se que os discursos jurídicos governamentais – do Governo Federal e do Governo do Estado de Mato Grosso –, sob forma de arquivos, instituíram novas normas educacionais que passaram a valer no período pandêmico da Covid-19. Entender como os sentidos são formulados em um determinado espaço-tempo é necessário para que se consiga compreender, também, como os sentidos circulam entre os sujeitos.

análise das práticas discursivas

Neste tópico, buscar-se-á compreender, a partir dos arquivos jurídicos governamentais apresentados anteriormente, como o discurso digital circulou e funcionou nas práticas discursivas dos professores entrevistados do CEJA da cidade de Juara.

É interessante explicitar que as práticas discursivas são os dizeres proferidos pelos professores que, neste trabalho, ocupam a posição sujeito professores do CEJA, vinculados à modalidade de ensino de EJA. Ao se colocarem nessa posição e dizer a partir dela, os professores marcam e apresentam seu lugar sócio-histórico e ideológico, “Os professores da EJA são caracterizados pela posição sujeito que ocupam, ou seja, são ideologicamente representados e constituídos através do lugar que trabalham, a escola, que aferem ao sujeito a prática de interventor e mediador profissional de ações pedagógicas.” (Beriula, 2020, p. 309). Nesse sentido, a formação imaginária que compõe a posição sujeito professor está inscrita na relação contínua entre o simbólico e o político, apresentando discursivamente os processos que ligam discursos e instituições.

Perguntou-se aos entrevistados, em suas posições sujeitos, quais foram as ferramentas tecnológicas digitais que

utilizaram para ministrar as aulas remotas. De acordo com os dois entrevistados, os recursos foram: Microsoft Teams, Google Meet, a plataforma digital 'Aprendizagem conectada' e as redes de comunicação social Facebook e WhatsApp. A partir das respostas, questionamos se eles faziam o uso de algum desses recursos tecnológicos digitais – ou algum outro – antes da pandemia, e as respostas foram:

1 - Transcrição da fala dos professores entrevistados

(1) P1m: Não, foi tudo novo. Mas foi bom ter passado pelos treinamentos, oferecido pelo CEFAPRO, aprendi que dá pra dar aulas com recursos digitais não só na pandemia.

(2) P2f: Não possuía experiência docente, neste formato, com aulas remotas. Apenas como aluna e também como mediadora de cursos virtuais. Todavia esse modelo, apesar de desafiante, também nos ensinou muito.

Fonte: Beriula, 2020.

Ambos os professores declaram, em suas práticas discursivas, que não utilizavam recursos digitais em suas aulas presenciais. Contudo, após o advento da pandemia e, conseqüentemente, das aulas remotas, os professores afirmam que aprenderam sobre/com os recursos digitais. Para expressar tal sentido, utilizam as conjunções 'mas' e 'todavia' que indicam a ligação de duas orações que expressam oposição, neste caso, o antes – durante as aulas presenciais – e o agora – com aulas remotas por causa da pandemia, apresentando uma temporalidade que se inscreve no discurso.

A partir das práticas discursivas expostas acima, compreende-se que, para os professores, as tecnologias no espaço educacional, mais precisamente, as tecnologias digitais em sala de aula passam a acontecer no processo de ensino-aprendizagem apenas por causa do acontecimento da pandemia.

Contudo, é interessante destacar que, conforme Dias (2018), mesmo que o sujeito não esteja utilizando em sua prática algum tipo de tecnologia digital, está interpelado por

ela. Isso porque o digital, como materialidade na contemporaneidade, não significa apenas usar recursos eletrônicos digitais, pois ele movimenta não só as engrenagens da economia tecnológica, mas também, funciona no cotidiano social real dos sujeitos, "[...] é pensando as tecnologias que produzem um acontecimento nas relações sociais, uma alteração na formação social, que se podem pensar deslizamentos que aí são produzidos, atingindo-se o real deste acontecimento de linguagem." (Orlandi, 2017b, p. 257). Dessa forma, o sujeito, hoje, é interpelado – independente do espaço social que ocupa – pela circulação e pelo funcionamento do digital.

Ao perguntar aos professores do CEJA como havia sido a experiência de ministrar aulas remotas no período pandêmico, as respostas foram:

2 - Transcrição da fala dos professores entrevistados

(3) P1m: Sim, olha um pouco confuso e desafiador, tanto da parte dos alunos como da minha parte. Devido problema com Internet, alunos que não conseguia mandar as fotos das atividades de forma clara, etc... Foi um desafio que eu acabei por aprender muito como professor. [...] Confuso pois no começo foi bem desafiador aprender a dar aula assim, de longe, mas depois fomos nos ajeitando.

(4) P2f: As aulas foram ministradas de forma remota de agosto a dezembro. A palavra da vez foi desafio porque todos os agentes envolvidos no processo educativo, de alguma forma, estiveram em situações profissionais bem distintas e que geraram inseguranças, desconfortos, porém também geraram outras possibilidades de ensino.

Fonte: Beriula, 2020.

Como se pode observar, durante a prática discursiva, ambos os professores, em paráfrase, utilizam o termo 'desafiador/desafio' para destacarem como foi o início das aulas remotas. Associada ao termo 'desafio', os entrevistados também enunciam o adjetivo 'confuso', além dos substantivos 'insegurança' e 'desconforto' que podem entrar como adjetivados no discurso dos professores. Tais termos provocam o sentido

de que a aula remota foge da 'normalidade', é 'diferente' da aula presencial; ou seja, o que antes, em sala de aula presencial, gerava o sentido de 'organização', 'segurança' e 'conforto', por causa do acontecimento da pandemia, desliza seu sentido para 'confuso', 'inseguro' e 'desconfortante'.

Sobre o deslize, Orlandi (2017a, p. 31) aborda que é “[...] próprio da ordem simbólica, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade. É assim que podemos compreender a relação entre língua e discurso [...]”. Assim, observa-se o seguinte deslizamento de sentidos:

3 - Quadro 1

As aulas remotas são 'confusas' / geram 'insegurança' e 'desconforto'			
≠	↓	↓	↓
As aulas presenciais são 'organizadas' / geram 'segurança' e 'conforto'			

Fonte: Beriula, 2021.

Os entrevistados também, em paráfrase, enunciam o sentido de que todos os sujeitos inscritos no processo educacional – “[...] tanto da parte dos alunos como da minha parte.”; “[...] todos os agentes envolvidos no processo educativo [...]” – tiveram algum desafio frente ao ensino remoto, mas que, ao longo de sua aplicabilidade, ‘todos’ foram se adequando/acostumando com o novo meio de ensino-aprendizagem. Ou seja, o desafio de estar/ministrar aulas on-line possibilitou, de alguma forma, a partir de novas significações e experiências, a aprendizagem de uma nova maneira de ensinar e de aprender.

É interessante destacar que os professores evocam, a partir do discurso da temporalidade⁴⁷ – que não se remete ao tempo de dias/anos/semanas, mas sim à temporalidade do sentido do discurso –, dois momentos: o início das aulas remotas e o pós ‘acostumar’ com as aulas remotas. A temporalidade retomada pelos professores caracteriza a construção dos sentidos e determina imagens ao espaço discursivo – aqui caracterizada pelo antes/depois –, indicando também a formação imaginária do professor sobre dar aulas no espaço-tempo

do período pandêmico. Nesse sentido, “O que funciona nos processos discursivos é uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro.” (Pêcheux, 2014a, p. 82).

Pode-se, então, compreender que, a partir do discurso jurídico governamental instituído pelo estado de Mato Grosso às instituições escolares, as tecnologias digitais, no período pandêmico, são tomadas pelos professores entrevistados como produções político-ideológicas no âmbito educacional, que movimentam a constituição do sujeito contemporâneo inscrito no espaço-tempo pandêmico.

Ainda, ao perguntar aos entrevistados se acreditavam que houve alguma mudança no processo de ensino-aprendizagem, eles responderam:

4 - Transcrição da fala dos professores entrevistados

(5) P1m: Olha por partes de certos professores sim, mas por parte dos alunos praticamente razoável, porque presencial a coisa anda, e ainda tem a parte da prática. [...]. Então ouve sim diferença no ensino-aprendizagem nesse período pandêmico, pois foi no computador, foi pelo celular, pelo WhatsApp e fica totalmente diferente. Os professores mudaram muitas coisas para adequar ali nas aulas.

(6) P2f: É fato que, neste período educacional diferente, consolidou-se o uso dos recursos digitais no processo de aprendizagem dos alunos, com variáveis do ensino híbrido experimentado pelas circunstâncias advindas das particularidades de cada realidade educativa. Isso significa que, forçados pela realidade supressiva da aula presencial, fomos lançados em verdadeiros “laboratórios pedagógicos” e desafiados a criar estratégias diversas, ancorados em buscas por saberes técnico-didáticos, até então, em processo ou sequer experimentados, de maneira simplória.

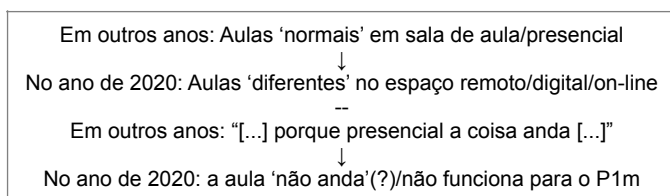
Fonte: Beriula, 2020.

⁴⁷ É interessante apresentar que, “[...] a temporalidade na Análise de Discurso não é trabalhada de forma empírica e/ou cronológica. A temporalidade é observada nos processos discursivos, por meio da linguagem e das formas que se apresentam” (Beriula, 2020, p. 300).

Nas práticas discursivas presentes na transcrição 4, ambos os professores concordam que houve mudanças no processo de ensino-aprendizagem no período pandêmico e, para confirmar esse processo, eles retomam termos como 'diferente' e 'desafio'. Compreende-se que os entrevistados constroem a imagem de um momento educacional totalmente diferente/desafiador – por causa das aulas remotas –, distinto do que aconteceu em outros anos, em que a imagem de normalidade – aula presencial – é apresentada.

Observa-se também que a P2f utiliza o adjetivo 'supressivo', que aponta o eliminar/extinguir a aula presencial, que acontece justamente porque os professores são “[...] forçados pela realidade [...]”, da pandemia. Nesta conjuntura, podemos apresentar que:

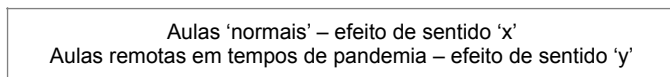
5 - Quadro 2



Fonte: Beriula, 2021.

Assim,

6 - Quadro 3



Fonte: Beriula, 2021.

As práticas discursivas (5) e (6) retomam os sentidos das práticas (3) e (4). A partir dos dizeres dos professores, o efeito de sentido gerado quando se trata de aulas presenciais é o sentido da 'normalidade', da 'organização', de 'segurança' e de 'conforto'.

Com o acontecimento da pandemia, o mundo inteiro se vê obrigado a ressignificar suas práticas de interação social, o que atinge às escolas – subsequente, os CEJAs. Nesse meio, no estado de Mato Grosso, as aulas remotas, durante todo o ano letivo de 2020, foram a saída que encontraram para que as atividades educacionais não fossem paralisadas.

Assim, é a partir do efeito da pandemia, na vida social dos sujeitos, que o 'normal' passa a ser visto como 'passado' – antes da pandemia – e, o 'agora' passa a ser 'diferente', 'difícil', 'confuso', o que provoca os sentidos de 'insegurança' e 'desconforto' que, por sua vez, leva ao efeito de sentido de que as aulas remotas significam diferentemente das aulas presenciais, não apenas pelo deslocamento do espaço – sala de aula espaço digital –, mas também pelo acontecimento da pandemia na vida dos sujeitos, os quais passaram a ter que trabalhar em isolamento domiciliar, atravessados a todo momento, pelo discurso da saúde – que retoma os sentidos da Covid-19. Por consequência, “[...] forçados pela realidade supressiva [...]”, professores e alunos passam a estar no processo de ensino-aprendizagem em um espaço diferente.

Para esses professores, o ensino remoto foi uma grande novidade que provocou desafios, visto que nenhum deles haviam tido essa experiência anteriormente. Se, por exemplo, a pergunta fosse dirigida para algum professor que já lecionava em espaços de educação a distância, os sentidos poderiam ter sido outros, justamente por causa da posição que ocupa e das condições de produção que cada sujeito carrega consigo.

Pode-se compreender que, a partir das práticas discursivas dos professores entrevistados, houve uma movimentação discursiva na sala de aula que passou a se inscrever de forma on-line. Houve uma movimentação sob os sentidos de 'presença', o aluno/professor presente em sala de aula e o aluno/professor presente em meio virtual. Houve a movimentação do ensinar do professor. Houve a movimentação do aprender do aluno. Pode-se interpretar, então, que o funcionamento do digital, no período pandêmico, gerou essa movimentação no território discursivo da EJA. Circulou, significou e funcionou.

Como foi visto ao longo do ano de 2020, as políticas educacionais tiveram que se alterar por causa da Covid-19, o que movimentou o ensino-aprendizagem não só no CEJA, mas de outros espaços escolares. Essas políticas se textualizaram sob o modo de uma memória documental administrativa, jurídica e pedagógica que adquiriu um

sentido particular por causa da Covid-19, como se observou nas práticas discursivas dos professores.

Os sentidos que os professores ressoaram em suas práticas discursivas só se mostraram daquela forma 'x', pois estão inscritos em um espaço-tempo histórico pandêmico. Se não houvesse a pandemia, os sentidos seriam outros, assim como, o sentido do digital para os professores entrevistados poderiam ter sido outros.

Para tanto, compreende-se que as práticas discursivas dos professores do CEJA de Juara se encontraram no interdiscurso, pela memória discursiva. Em seus dizeres, eles retomaram sentidos outros/já-ditos/pré-construídos que foram se textualizando nos discursos dos professores de todo o Brasil. Os sentidos textualizados e esquecidos se encontram no jogo da língua/linguagem, que volta ao sujeito por meio do intradiscorso – o momento do enunciar –, que marcam as falas dos professores em paráfrases que se destacam.

O funcionamento da imagem que os professores constroem acerca da discursividade atual – pandêmica –, desencadeia efeitos de sentido que se metaforizam nas práticas discursivas. No jogo da língua/linguagem, os processos parafrásticos e polissêmicos – o mesmo e o diferente – se chocam/encontram o que possibilita a inauguração de novos sentidos, novas experiências e relações entre educação e tecnologia digital. Contudo, ao sermos atravessados e ideologicamente marcados pelo digital, que é “[...], uma tecnologia, a educação continua a servir ao desenvolvimento, ao mercado. Desse modo, não se educa para a inserção social do sujeito em um mundo de conhecimento, mas capacita-se esse sujeito para o trabalho e o mercado” (Orlandi, 2017b, p. 239).

Sobre isso, de acordo com Orlandi (2017b), pode-se discorrer que as práticas discursivas dos entrevistados representam a imposição dos arquivos jurídicos governamentais. Impõem-se aos professores e alunos – assim como todo corpo escolar – o uso do digital como instrumento de relação que envolve o objeto de conhecimento e a realidade do aluno – inserido na sociedade

contemporânea pandêmica. Porém, se interpretarmos a relação de imposição do Estado para com a escola – que é um AIE –, entende-se que o sentido de 'objeto de conhecimento' desliza para o sentido de 'objeto de consumo', que é intimamente relacionado ao mercado de trabalho. (Orlandi, 2017b). Assim, as aulas remotas – o não paralisar as aulas – indicam o processo contínuo de produção e reprodução das formas de existência do capitalismo, que é apagado do discurso jurídico governamental e, subseqüente, do discurso dos professores.

efeito de fecho

Ao propor o objetivo de compreender como os sujeitos professores do CEJA foram afetados pela ordem do discurso digital que circulou e funcionou neste período pandêmico, buscando interpretar/analisar os efeitos de sentidos ressoados nas práticas discursivas dos professores entrevistados, almejamos colocar em discussão a temática do digital e da EJA associada à pandemia e, conseqüentemente, à nova realidade digital de ensino-aprendizagem imposta pelo funcionamento – discursivo e real (contaminação) – do vírus na sociedade.

Ao tomar as práticas discursivas dos sujeitos professores do CEJA como corpus, foi possível recortar e interpretar – sob o nosso olhar⁴⁸ – os efeitos de sentidos referentes à crise sanitária que ocorreu/ocorre em todo o território brasileiro provocada pela Covid-19, mostrando como a pandemia e seus efeitos – aqui, a instauração jurídica governamental obrigatória das aulas/atividades em espaços on-line – foram recebidos pelos sujeitos professores do CEJA e, de que forma os sentidos foram apresentados nos discursos dos entrevistados.

Entendeu-se que os dizeres dos professores se encontram interdiscursivamente pela memória, retomam sentidos já esquecidos no jogo da língua/linguagem, que passa a se inscrever no intradiscorso dos professores em forma de paráfrase. Assim, nesse momento sócio-histórico-ideológico e tecnológico, novos sentidos são constituídos pelo funcionamento

⁴⁸ A partir do nosso olhar de analista, uma vez que, outro/a/x pesquisador/a/x poderia/pode destacar outros recortes e, subseqüente, elucidar sentidos e efeitos de sentidos outros.

do discurso hegemônico da saúde – que retoma o vírus da Covid-19. Novas formas de relação entre sujeitos, sentidos e discursos se inscrevem no âmbito educacional do CEJA, no vínculo da língua/linguagem com a história, que é marcada ideologicamente pelo acontecimento da pandemia.

Como efeito de fechamento do texto, compreende-se que o funcionamento do digital no mundo - já em vultoso processo de evolução e crescimento - instaurou a circulação de novos sentidos com a discursivização dos efeitos da Covid-19 que, por sua vez, também como efeito, fez ressoar nas práticas discursivas dos entrevistados a relação conflituosa entre o presencial e o virtual, entre a vida privada e a vida escolar, entre o ensino e a aprendizagem, entre a saúde e o econômico. Tais ressonâncias também indicam o funcionamento da maquinaria ideológica capitalista que gere as relações de força e poder da sociedade contemporânea.

O acontecimento discursivo pandêmico, junto aos seus desdobramentos, determinaram efeitos de regularidade nos espaços jurídicos governamentais da educação brasileira, o que movimentou - e ainda movimenta - o real inalcançável. Frente a tal (im)previsibilidade histórica, mesmo o Estado buscando regularizar sentidos através de decretos, leis entre outros, a pandemia deslocou e desregulou práticas sistêmicas, produzindo, assim, novos/outros sentidos que se inscrevem na memória discursiva.

O discurso digital na EJA/CEJA é articulado pelas relações de força e poder do mundo contemporâneo capitalista e pelo acontecimento da pandemia. Assim, observado o movimento produzido pelo digital, o indivíduo sempre estará interpelado em sujeito pela ideologia, uma vez que a discursividade do digital “[...] é um processo histórico e ideológico de significação da nossa sociedade contemporânea, do modo como estamos nela, como praticamos os espaços, do modo como somos interpelados em sujeito pela ideologia, através das determinações históricas.” (Dias, 2011, p. 58).

Para tanto, interpretou-se que, para os entrevistados do CEJA, as relações que ocorreram durante o processo de ensino-aprendizagem passou a ser inscrita e significada diferentemente através da discursividade do digital, o que promoveu

novos/outros funcionamentos nas relações educacionais. Compreender a linguagem a partir da ideologia, atravessada pelo inconsciente, no contexto de práticas discursivas educacionais no acontecimento da pandemia permeada por encontros/atividades no espaço on-line, abre possibilidades para esse - apresentado neste trabalho - e outros gestos de interpretação, espaço simbólico marcado pela incompletude.

referências

- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Martins Fontes.
- Brasil. (2020). Medida Provisória nº 934, de 1º de abril. Diário Oficial da União: seção 1.
- Brasil. (2020). Portaria nº 343, de 17 de março. Diário Oficial da União: seção 1.
- Brasil. (2020). Portaria nº 544, de 16 de junho. Diário Oficial da União: seção 1.
- Beriula, R. R. B. (2020). *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Análise discursiva do contexto da cidadania e letramento digital nas práticas pedagógicas*, [Dissertação de Mestrado]. Univ. Estado de Mato Grosso.
- Dias, C. P. (2016). A análise do discurso digital: Um campo de questões. *Revista Redisco*, 10 (2), 8-20.
- Dias, C. P. (2015). Análise do discurso digital: Sobre o arquivo e a constituição do corpus. *Revista Estudos Linguísticos*, 44 (3), 972-980.
- Dias, C. P. (2018). *Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo*. Pontes Editores.
- Dias, C. P. (2011). *O digital: Cidade, cultura e corpo, a velocidade do mundo*. LABEURB/ UNICAMP.
- Guilhaumou, J., & Maldidier, D. (2014). Efeitos do arquivo: A análise do discurso no lado da história. In E. P. Orlandi (Org.). *Gestos de leitura: Da história no discurso*, (169-192). Editora Unicamp.
- Guilhaumou, J., Maldidier, D., & Robin, R. (2016). *Discurso e arquivo: Experimentações em análise do discurso*. Editora UNICAMP.

- Mato Grosso. (2020). *Educação de Jovens e Adultos prepara mobilização para o retorno às aulas*. SEDUC Governo Mato Grosso.
- Mato Grosso. (2020). *Resolução Normativa nº 002/2020-CEE/MT, de 23 de março*. Diário Oficial [do] Estado Mato Grosso: Secretaria Estado de Planejamento e Gestão.
- Mato Grosso. (2020). *Resolução Normativa nº 003/2020-CEE/MT, de 19 de junho*. Diário Oficial [do] Estado Mato Grosso: Secretaria Estado de Planejamento e Gestão.
- Orlandi, E. P. (2017a). Análise de Discurso. In E. P. Orlandi, & S. Lagazzi-Rodrigues (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade*, (13-36). Pontes Editores.
- Orlandi, E. P. (2004). *Cidade dos sentidos*. Pontes Editores.
- Orlandi, E. P. (2017b). *Eu, tu, ele: Discurso e real da história*. Pontes Editores.
- Pêcheux, M. (2014). Análise automática do discurso (AAD-69). In F. Gadet, & T. Hak (Org). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, (59-158, B. S. Mariani, Trad.). Editora UNICAMP.
- Pêcheux, M. (2006). *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Pontes Editores.
- Pêcheux, M. (2014). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora UNICAMP.
- Pêcheux, M., & Fuchs, C. (2014). A propósito da análise automática do discurso: Atualização e perspectivas (1975). In F. Gadet, & T. Hak (Org). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, (59-158, B. S. Mariani, Trad.). Editora UNICAMP.

recebido em 15/11/2021

aceito em 30/12/2021